



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Movimentos sociais e participação social

**Protagonismo juvenil e participação política:
apontamentos sobre a atuação da juventude do MST**

Autor 1 Carlos Alberto Silva Xavier ¹

Autor 2 Rozinaldo Antonio Miani ²

Resumo: Este artigo aborda a inserção ativa dos jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em ações políticas e sociais, destacando o seu papel crucial na luta por reforma agrária e justiça social. Analisamos como o protagonismo juvenil, entrelaçado com a participação política, está presente no cotidiano da juventude sem terra, enfatizando a educação, a formação política e as mobilizações como estratégias de participação. Destaca-se a relevância dessas práticas para a construção de identidades coletivas e individuais comprometidas com a transformação social, dentro de um contexto marcado por desafios como o êxodo rural e a luta pela terra.

Palavras-chave: MST; participação política; juventude; protagonismo juvenil.

Abstract: Este artigo aborda a inserção ativa dos jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em ações políticas e sociais, destacando o seu papel crucial na luta por reforma agrária e justiça social. Analisamos como o protagonismo juvenil, entrelaçado com a participação política, está presente no cotidiano da juventude sem terra, enfatizando a educação, a formação política e as mobilizações como estratégias de participação. Destaca-se a relevância dessas práticas para a construção de identidades coletivas e individuais comprometidas com a transformação social, dentro de um contexto marcado por desafios como o êxodo rural e a luta pela terra.

Keywords: MST; participação política; juventude; protagonismo juvenil.

1. INTRODUÇÃO

Em 2013 o Brasil viveu um momento de efervescência política e social com uma série de manifestações protagonizadas, principalmente, pela juventude brasileira. Segundo

¹ Professor de sociologia e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR - Brasil). Email: falapc@gmail.com .

² Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP (Fundação Araucária). Professor do Departamento e do Programa de Mestrado em Comunicação Visual e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR - Brasil). Email: rmiani@uel.br .



Roberto Schwarz (2013), essas manifestações surgiram inicialmente como um protesto contra o aumento das tarifas de transporte público, mas, rapidamente, se tornaram um movimento mais amplo, abrangendo diversos temas e reivindicações, e que contou com a participação de milhares de jovens que saíram às ruas vestidos de preto e carregando cartazes com palavras de ordem como "Não é só por 20 centavos", "Passe livre já", "Não vai ter Copa", entre outras. Posteriormente, em 2016, vimos ocorrer um grande movimento de ocupação de escolas públicas por parte da juventude secundarista; na ocasião, o estado do Paraná registrou o maior número de ocupações, totalizando mais de 850 escolas ocupadas.

Na terceira década do século XXI existem indicativos de que esse fenômeno pode se repetir de modo mais vigoroso, desta feita sob as bandeiras da Tarifa Zero, Descriminalização da Maconha, Igualdade de Gênero, Escassez e Vulnerabilidade do Trabalho, além de outras demandas reprimidas. Esse movimento nos leva a refletir sobre o conceito de protagonismo juvenil³ e de participação política por parte da juventude brasileira numa perspectiva crítica e voltada para o combate às desigualdades, principalmente, por parte daquelas frações da juventude que já se encontram em estado de organização e de mobilização política.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir as características da participação da juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seja na forma de participação política ou de protagonismo juvenil, tentando compreender as motivações, objetivos e estratégias de luta, bem como sua importância para outras juventudes no Brasil.

Como metodologia, optamos pela realização de estudo exploratório que abordará a participação política da juventude do MST, com base em pesquisa bibliográfica, entrevistas e relatos relacionados à temática, associado à prática de observação simples - portanto, não estruturada e realizada de modo informal - com vistas a captar elementos gerais do protagonismo manifestado pelos jovens militantes do referido movimento camponês.

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE PROTAGONISMO JUVENIL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Sobre o protagonismo juvenil, com tantos significados, muitas vezes ele nos remete à participação de um modo geral, à responsabilidade social e até mesmo à cidadania. Um dos pioneiros a estudar o protagonismo juvenil, Antonio Carlos Gomes da Costa (1998), considera indispensável a participação dos jovens nos debates que norteiam os temas de

³ No grego '*protagonistés*', significa o principal lutador ou principal personagem de uma peça teatral. Aqui, "protagonista" será utilizado para indicar a condição dos movimentos populares e/ou o papel exercido por seus militantes no contexto das lutas sociais.



seu interesse. Salieta ainda que os jovens devem ser estimulados a participarem ativamente da vida social nas múltiplas realidades em que estão inseridos.

Por consequência, a sociedade deve incorporar por meio do protagonismo juvenil, indivíduos mais autônomos, comprometidos socialmente com a consciência de lutar por mudanças sociais. Portanto, uma de suas características é o fato de ele não estar circunscrito a espaços privados e de interesse individual; seu caráter é público e coletivo. Para Costa (1998, p. 90), por exemplo:

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário.

No entanto, o processo de construção do protagonismo juvenil, até o presente momento, tem sido tratado, predominantemente, dentro de uma estratégia relacionada ao pensamento liberal. Essa forma de pensamento prioriza ações concretas da juventude, num contexto de democracia, supervalorizando o diálogo e a negociação como formas de convivência com as diferenças sociais, sem, contudo, problematizá-las.

O discurso oficial ⁴ do protagonismo juvenil aponta para a predominância de uma determinada ideologia no tratamento deste conceito, priorizando o caráter pragmático da solidariedade junto à classe trabalhadora e não contemplando uma formação política que desenvolva a criticidade. Essa perspectiva tem se limitado à tarefa de tirar o jovem da condição de extrema vulnerabilidade e risco, incluindo-o no mercado de trabalho e identificando-o como cidadão, mas sem reconhecimento de seu papel político e social.

Podemos identificar aspectos positivos no âmbito da intencionalidade na concepção de Costa (1998), quando o referido autor valoriza as possibilidades interventivas do protagonismo juvenil para a sociedade. Porém, tais possibilidades estão circunscritas ao âmbito da negociação e de realizações de tarefas que podem ser úteis na solução de problemas pontuais para determinada realidade social, porém seu aspecto de metodologia ativa, pragmática, associada aos direitos e deveres, não evidencia o desenvolvimento do senso crítico em relação aos valores da sociabilidade burguesa. Este limite é possível de ser verificado quando o autor afirma que:

⁴ Entende-se por “discurso oficial”, a concepção de “protagonismo juvenil” proposto por organizações internacionais e governamentais, contida nos documentos das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), além de textos e materiais didáticos de algumas ONGs, Fundações e escolas privadas que incentivam a participação dos jovens e adolescentes na vida da escola, do bairro e em outras instâncias da sociedade, com iniciativas para solução de problemas reais.



O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem, pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes. (COSTA, 1998, p. 65).

O tratamento do protagonismo juvenil no discurso oficial tem desenvolvido uma concepção de atuação política do jovem no espaço público, porém, como afirma Regina Magalhães de Souza (2006, p. 9), “[...] um espaço público transformado em cenário, em que não existe luta (agônia) e em que os lutadores são substituídos pelos atores sociais.”. Ou seja, apesar da atribuição de uma ação política na condição de ator principal e lutador, essa luta é desprovida do ideal de transformação social, restringindo-se ao aspecto de integração. Nesse caso, os resultados do protagonismo juvenil, desenvolvido por organismos internacionais e instituições governamentais, se limitam a reduzir algumas desigualdades sociais impostas pela sociabilidade burguesa.

Souza (2006), ao refletir sobre o discurso oficial do protagonismo juvenil, aponta outro aspecto conservador dessa perspectiva conceitual, enquanto estratégia de participação, entendendo que pode ser considerada uma forma de manter a ordem social, evitando o descontrole. Dessa forma, as medidas de integração ou inclusão social por parte do Estado teriam um forte aliado, que seria a motivação do jovem, atenuando assim as medidas de coerção, disciplina e repressão. Afirma a referida autora:

Pode-se afirmar, portanto, que o protagonismo juvenil seja um discurso que suscita no jovem a necessária motivação para ser integrado, na medida em que manifesta uma suposta posição de destaque da juventude diante do objetivo de uma certa mudança social e apela ao “sentir-se útil” ou à valorização do indivíduo que se propõe a fazer coisas, base das “novas formas” de política. (SOUZA, 2006, p. 9).

Cynthia Ozon Boghossian e Maria Cecília de Souza Minayo (2009), ao realizarem uma revisão sistemática do conceito de protagonismo juvenil na década de 2000, constataram que o termo está em constante processo de ressignificação, decorrente das preocupações de diversas disciplinas e atores sociais com os processos de violência e de exclusão que envolvem as diferentes juventudes.

O termo “protagonismo juvenil” foi se tornando usual referência nesse contexto, catalisando princípios, preocupações e investimento de diferentes disciplinas e atores sociais. Os autores estudados destacam a abrangência do conceito, analisando as diferentes formas como ele vem sendo apropriado e ressignificado. Alertam para a alteração de seu principal sentido quando é usado de maneira genérica e indiscriminada por instituições e agências internacionais. (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009, p. 412).



O desempenho do jovem na função de protagonista depende em muito de sua relação com o mundo adulto, ou seja, há que se considerar as transformações sociais a partir da modernidade, seja no mundo do trabalho, na cultura ou na educação, as quais estabeleceram novos olhares e condutas por parte da juventude, que parece se distanciar cada vez mais das concepções do mundo adulto, representado especialmente pelos pais e educadores. Neste sentido, Costa (2001) advoga que o protagonismo juvenil deve ser concebido também a partir de um processo que exige uma nova postura do mundo adulto, um novo relacionamento, fundado no convívio democrático e pedagógico, respeitando a evolução de cada momento das juventudes em seus respectivos contextos.

Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles deveriam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático [demarcado pela cidadania assentada no diálogo], o jovem vai atuar, para em algum momento de seu futuro posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências e vivências concretas em face da realidade. (COSTA, 2001, p. 26).

Essa relação da juventude com o mundo adulto, especialmente no que se refere ao processo educacional e formativo, manifesta-se com a mesma relevância sob qualquer perspectiva conceitual de participação. A discussão sobre as formas de participação política da juventude é fundamental para que ela se qualifique, considerando que essa participação requer apoio dos educadores, além de políticas de Estado, que estimulem e facilitem o acesso às instâncias, bem como a devida estrutura, como é o caso dos grêmios estudantis e outros espaços de construção coletiva. A esse respeito, Priscylla Ramalho Dias Ferreira e Sebastião Everton de Oliveira (2021, p. 17) afirmam:

Ainda sobre essa contextualização, nos estudos atuais sobre a participação política, é possível identificar pelo menos três eixos relacionados às **formas contemporâneas de participação** dos jovens: aquelas relacionadas à **questão estudantil**; as que trazem como articulação as **culturas juvenis**; e, as iniciativas ligadas às **ações diretas e associativismos com base nos territórios e nas identidades** (SPOSITO; ALMEIDA; CORROCHANO, 2020). Essas questões apontam para diferentes dimensões da participação: religiosa, partidária, temática, associativa, ciberativista, dentre outras; além disso, revelam que a participação política está para além do sistema político, de votar e ser votado, para além das instituições tradicionais. (*grifos dos autores*).

O debate sobre a participação política da juventude deve envolver seus principais interessados, não devendo ficar restrito ao ambiente acadêmico do mundo adulto. Precisamos ouvir o que pensam os jovens acerca de si mesmos e do mundo que os cercam. Devemos considerar a complexidade desse tema e reconhecer que existem diversas formas de participação política, tanto as percepções tradicionais associadas aos movimentos



estudantis históricos quanto as visões que rotulam os jovens como apáticos, alienados ou desinteressados em participar.

Ferreira e Oliveira (2021) debatem o contexto atual de participação da juventude em nossa sociedade e entendem que muitos jovens buscam ativamente participar e influenciar mudanças sociais. Esses autores defendem a perspectiva de que a participação política é um processo ativo de engajamento para influenciar decisões que impactam indivíduos, grupos e instituições da sociedade. Entendem que há o surgimento de novos ciclos de participação, sob eixos temáticos contemporâneos, que vão além das instituições políticas tradicionais, incluindo movimentos focados na questão de gênero, sexualidade, saúde reprodutiva e etc.

Segundo Marília Pontes Sposito, Felipe de Souza Tarábola e Flávia Ginzel (2021), nos últimos 20 anos, apesar do contexto de crise das políticas neoliberais e do aumento das desigualdades e crises das democracias liberais, ocorreram mudanças significativas nas formas de ação coletiva, protestos e conflito político protagonizados por jovens, refletindo uma evolução global nos movimentos sociais. Essas mudanças incluem a passagem de modelos de organização clássicos para estruturas mais abertas e horizontais, diversificando os termos de autodefinição dos grupos de jovens envolvidos na política. As formas tradicionais de engajamento, como partidos políticos e sindicatos, permanecem relevantes, mas se observa um aumento na pluralidade de formas de participação.

Tendo em vista a miríade de significações de categorias derivadas da ideia da participação política, considera-se neste artigo que esta pode ser definida como o conjunto de atividades - individuais ou coletivas - suscetíveis de influenciar a esfera pública e o sistema político de governos (Braud, 2016). Desde a década de 1960, já era reconhecida a historicidade do conceito de participação política que, diante do início da crise e do distanciamento do sistema político tradicional e da emergência de novos conflitos e movimentos, acenava outras dimensões da atividade política... (SPOSITO; TARÁBOLA; GINZEL, 2021, p. 3).

A pesquisa de Sposito, Tarábola e Ginzel (2021) indica que, na contemporaneidade, os jovens atribuem significados diversos à sua experiência de participação política, considerando-a um processo complexo e multifacetado que reflete suas preocupações, identidades e aspirações. Eles veem a participação política não apenas como um meio de alcançar mudanças sociais ou políticas específicas, mas também como uma forma de expressão pessoal e coletiva. Essa participação vai além do envolvimento em estruturas tradicionais, abrangendo movimentos sociais, ativismo digital e formas de engajamento cultural e artístico.

3. A EXPERIÊNCIA ESTRATÉGICA DA JUVENTUDE DO MST



Após breve reflexão sobre as concepções e conceitos de protagonismo juvenil e participação política, lançamos agora o nosso olhar sobre a experiência de participação da juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), especialmente, do seu caráter estratégico na luta desse movimento pela reforma agrária.

Uma das fontes que utilizamos como recurso para elaboração desse artigo foram os relatos dos próprios jovens sobre as Jornadas Nacionais da Juventude Sem Terra, que acontecem a cada dois anos e terá sua 14ª edição em 2024. Essas jornadas reúnem lideranças do movimento em todo país e fazem parte de um processo educativo, formativo e estratégico para alinhamento dos objetivos que o coletivo de juventude deve alcançar.

A estratégia envolve um trabalho de base com os jovens, focando na formação humana, organização, luta e solidariedade. Essa formação acontece nas escolas itinerantes, que estão nos acampamentos, bem como nas reuniões e treinamentos das coordenações locais do MST. A educação pública exerce importante papel e surge como a principal bandeira de unificação na ação política dos jovens, visando denunciar os retrocessos impostos pelo governo e destacar a resistência protagonizada pela juventude. Em entrevista ao portal do MST, Juliana Melo, que faz parte do Coletivo Nacional de Juventude, comenta essa estratégia da educação:

A educação pública é a principal bandeira que nos unifica no momento a outros sujeitos e organizações. Queremos denunciar todos os retrocessos que estão impostos pelo atual governo e mostrar que a juventude será a principal trincheira de resistência. (MST, 2019).

Merece destaque o processo de organização do Coletivo de Juventude do movimento e como os jovens foram assumindo o protagonismo na tarefa de organização e de participação orgânica no decorrer das últimas duas décadas. Porém, a participação da juventude não está restrita ao interior dos acampamentos, ocupações e assentamentos; eles se organizam também com a finalidade de se projetarem e influenciarem a juventude brasileira de modo geral. Sobre isso, Juliana Melo expõe as expectativas na participação política da juventude do MST:

Queremos demarcar nossa disposição de pulsar junto às mobilizações da juventude brasileira. É necessário abrir um novo ciclo de esperanças e perspectivas. Construir um projeto de futuro é uma das questões mais relevantes entre a juventude e nós queremos politizar as percepções sobre esse desejo, indicando que as saídas estão na ousadia coletiva de lutar... A juventude será forjada com consciência de classe se estiver posicionada na luta concreta desde o seu espaço de vida e só estará nessa condição se estiver organizada. (MST, 2019).

Jailma Lopes, que também faz parte do Coletivo Nacional da Juventude Sem Terra, demonstra que a participação dos jovens está em consonância com os objetivos e as estratégias da juventude do MST que, além da luta pela terra, incluem a ampla mobilização



nas áreas de reforma agrária para defender a educação pública, politizar as percepções sobre o futuro e intensificar o envolvimento nas pautas de luta da sociedade (MST, 2022).

A 13ª Edição da Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, realizada em 2022, expôs como tema “Juventude em Luta, pela Terra e Soberania Popular!”, demonstrando o empenho desse Coletivo não apenas pela reforma agrária, mas também pelos direitos de outros povos e pela construção de outro projeto de sociedade. Nesse sentido, a Jornada definiu quatro eixos de atuação da juventude, como estratégia de participação política:

- Na defesa dos territórios camponeses, indígenas, quilombolas e tradicionais, enquanto trincheira contra o capital;
- Avançando na democratização da terra, na construção da Reforma Agrária Popular, na construção e massificação da Agroecologia enquanto modelo de produção;
- Na construção de um modelo energético com Justiça Social e Ambiental;
- No combate à lógica dos bens comuns, enquanto mercadoria e, assim, cuidando intransigentemente da terra, da água e da nossa biodiversidade. (MST, 2022).

A experiência de participação política da juventude sem terra tem chamado atenção de pesquisadores que buscam entender de onde vem essa utopia de mundo melhor, essa visão e compromisso com a construção de uma nova sociedade. Em sua dissertação de mestrado, Rafael Santos (2022) desenvolveu pesquisa sobre "A juventude que ousa lutar: os sentidos subjetivos da participação política de jovens do MST no Coletivo Nacional de Juventude" buscando compreender o processo de formação política da juventude sem terra e seu compromisso com uma participação política transformadora.

Santos (2022) concluiu que a participação política dos jovens está associada à imagem que eles têm de si mesmos. Subjetivamente, se identificam como jovens militantes, que defendem os valores do movimento, adquiridos ao longo do processo de formação, que perpassa toda a vida social e respectivas características da ocupação, acampamento ou assentamento.

Podemos afirmar que a formação enquanto sujeitos políticos se deu a partir das vivências na infância quando participaram das dinâmicas organizativas do movimento. As tensões vivenciadas pelos conflitos de terra conduzem a formação da/o jovem militante, nesse caso favorecendo o aprendizado sobre a luta política. O nascimento ou mudança para os acampamentos e assentamentos com a família, participação em encontros das/os Sem Terrinhas, marchas, reuniões e o contato com outras pessoas na mesma situação foram cruciais para o desenvolvimento de suas subjetividades. (SANTOS, 2022, p. 64).

O conjunto de atividades formativas nas quais os jovens estão inseridos faz parte do projeto pedagógico utilizado pelo movimento na disputa ideológica para construção de uma nova sociedade, onde a educação é inclusiva e acontece o tempo todo, dentro e fora da sala de aula, seja na organização interna da vida social ou nos protestos políticos e ocupações.



Nesse caso, podemos associar as três dimensões formativas que se refere Sewo (2020): a de cunho sociopolítico para facilitar a ampliação da visão de mundo pela formação; a de sentido identitário onde a/o trabalhadora/or rural sem-terra constitui-se enquanto Sem Terra a partir da apropriação dos princípios organizativos do MST mencionados anteriormente (Leite, 2003); e a própria luta pela terra que possibilita apreensão prática da luta política no enfrentamento com Estado. (SANTOS, 2022, p. 74).

A interconexão entre as atividades da militância e a trajetória pessoal da juventude sem terra revela que a participação política na organização do movimento, juntamente com o senso de pertencimento, contribuem para o fortalecimento e vínculo com a luta por justiça social e reforma agrária. A juventude do MST lida com desafios significativos no âmbito político, incluindo a mobilização política de sua categoria, a luta contra o êxodo rural e o desafio da permanência no campo. Os jovens vivenciam um cotidiano marcado pela necessidade de resistir às pressões externas e internas, ao mesmo tempo em que buscam afirmar sua identidade e seu propósito coletivo dentro do movimento. Há uma constante busca por estratégias de enfrentamento que inspiram a construção de um futuro digno e justo, alinhado aos ideais do MST (SANTOS, 2022).

Um exemplo desse engajamento da juventude sem terra no cotidiano de lutas do MST ocorreu em setembro de 2016, por ocasião da Jornada de Lutas Unitária dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, com manifestações em diversos estados do país e com maior concentração em Brasília, contando, inclusive, com a ocupação do Ministério do Planejamento e a apresentação de uma série de reivindicações dos manifestantes, defendendo a retomada da democracia e a soberania nacional, além de políticas públicas e a reforma agrária.

Vitória Rosário dos Santos tinha apenas 15 anos de idade na época da Jornada, mas estava lá, como mulher, sem terra, jovem, negra, moradora do Assentamento Ojefferson Santos, na Bahia. Em entrevista ao Coletivo de Comunicação do MST na Bahia, a referida jovem reconhece o papel do MST em construir e organizar espaços de participação para a juventude exercer seu protagonismo na defesa das bandeiras do movimento. Com convicção, afirma que *“o processo de participação desta jornada tem ajudado na sua formação política e que, a partir de agora, um novo ciclo de lutas se inicia no MST com protagonismo da juventude assentada e acampada em defesa das pautas populares”* (MST, 2016).

Por fim, outro exemplo de participação política e protagonismo da juventude do MST foi sua participação na V Assembleia Internacional de Jovens Camponeses, evento ocorrido em dezembro de 2023 em Bogotá na Colômbia, organizado por movimentos populares latino-americanos. Na oportunidade, mais de 100 jovens trabalhadores rurais, representantes de diversos movimentos populares, indígenas, camponeses, pescadores, migrantes e jovens sem terra, puderam compartilhar suas experiências e discutir o futuro do



trabalho e das novas gerações na luta pelo acesso à terra e a soberania alimentar (ESTANISLAU, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ser razoável afirmar que o protagonismo juvenil é uma concepção de participação social, dotada de característica de destaque, liderança e, no caso de jovens do MST, dotado de senso crítico e com ideal de transformação social, devido ao processo de formação política a que estão inseridos, bem como à natureza das causas que dão sentido à sua participação política.

A práxis política da juventude do MST demonstra singularidade em relação às demais juventudes urbanas. Isso se deve ao processo educacional em que, desde o ensino fundamental, aprendem a valorizar suas identidades e o sentido de viver coletivo. Ainda que estejam sujeitos a deixar o campo e viver as fantasias da vida moderna da cidade, tendem a se manterem comprometidos com as bandeiras do movimento, que incluem a luta por vida digna e liberdade.

Em que pese o sucesso do processo de formação política do MST, preparando suas gerações futuras e lutando por melhorias no trabalho do campo, sabemos que houve um retrocesso político e social no Brasil com o advento do Golpe contra a democracia e contra o governo da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Desde então, convivemos com a retirada de direitos por meio das reformas do trabalho e da previdência, com o incentivo à cultura armamentista e com a violência policial, o que desencadeou uma onda de assassinatos no campo e na cidade. Além disso, houve um aprofundamento no processo de precarização do trabalho e da educação, com rebatimentos nas realidades do campo.

Por fim, diante desse contexto, cabe fazer algumas observações finais acerca das condições estruturais para a participação e a construção do futuro da juventude sem terra: buscar estratégias de desenvolvimento sustentável e agroecológico que possam ser implementadas pela juventude sem terra e que estejam inseridas em políticas públicas de Estado, para garantir a soberania alimentar no campo e na cidade; viabilizar o acesso dos jovens do MST às novas tecnologias digitais, garantindo-lhes um maior conhecimento dessas ferramentas e a troca de conhecimentos com outras culturas juvenis; pressionar os governos municipais, estaduais e federal a investirem mais recursos para melhorias das estradas que dão acesso aos acampamentos e assentamentos, bem como para as obras de saneamento básico e estrutura das escolas e colégios nessas localidades.



REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda. Jornada da Juventude Sem Terra 2022 traz defesa da Terra e da soberania popular. **MST**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/06/01/jornada-da-juventude-sem-terra-2022-traz-defesa-da-terra-e-da-soberania-popular/>. Acesso em 09 fev. 2024.

ALMEIDA, Loriza Lacerda de. A juventude e suas representações. **Revista da UFG** - órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VI, n. 1, junho de 2004.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. **Saúde Soc. São Paulo**, v. 18, n. 3, p. 411-423, 2009.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 1998.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Tempo de servir**: o protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador. Belo Horizonte: Ed. Universidade, 2001.

ESTANISLAU, Lucas. Assembleia de jovens camponeses discute acesso à terra e oportunidades para futuras gerações. **MST**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/12/03/assembleia-de-jovens-camponeses-discute-acesso-a-terra-e-oportunidades-para-futuras-geracoes/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FERREIRA, Priscylla Ramalho Dias; OLIVEIRA, Sebastião Everton de. **Juventudes e participação política**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021.

MARINHO, Gustavo. Pela vida e por direitos: Jornada da Juventude defende a educação pública. **MST**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/08/04/pela-vida-e-por-direitos-jornada-da-juventude-defende-a-educacao-publica/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

MST. Um novo ciclo de lutas se inicia com o protagonismo da juventude. **Coletivo de Comunicação do MST na Bahia**. 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/09/12/um-novo-ciclo-de-lutas-se-inicia-com-o-protagonismo-da-juventude-afirma-militante-sem-terra/>. Acesso em 09 fev. 2024.

SANTOS, Rafael Silva dos. **A juventude que ousa lutar**: os sentidos subjetivos da participação política de jovens do MST no Coletivo Nacional de Juventude, 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

SCHWARZ, Roberto. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2013.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. TARÁBOLA, Felipe de Souza. GINZEL, Flávia. Jovens, participação política e engajamentos: experiências e significados. Brasília: **Linhas Críticas**,



v. 27, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36719/30100#toc>. Acesso em: 08 fev. 2024.